

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



AVISO
DISPENSA ELETRÔNICA

Aviso de **DISPENSA ELETRÔNICA 90029/2024**

CONTRATANTE

FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ (456793)

OBJETO

Aquisição de Reagentes Laboratoriais

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.680,24 (Quatro Mil e Seiscentos e Oitenta Reais e Vinte e Quatro Centavos)

PERÍODO DE PROPOSTAS

De **25/07/2024 às 08h**

Até **30/07/2024 às 08h**

PERÍODO DE LANCES

De **30/07/2024 às 08h**

Até **30/07/2024 às 14h**

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2.PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	4
3.INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	7
4.FASE DE LANCES.....	9

5.JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO..... 10

6.HABILITAÇÃO..... 13

7.CONTRATAÇÃO..... 16

8.SANÇÕES ADMINISTRATIVAS..... 18

9.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... 19

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90029/2024

(Protocolo n.º 21.896.508-3)

Torna-se público que o(a) Fundo Estado de Saúde do Paraná, por meio do(a) Coordenação de Governança em Aquisições, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e na Resolução SEAP n.º 603, de 3 de março de 2023 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 30/07/2024

Link de acesso: www.gov.br/compras

Horário da fase de lances: De 30/07/2024 às 08h até 30/07/2024 às 14h

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, para aquisição de reagentes Laboratoriais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação ocorrerá em 03 (três) lotes, contendo 05 (cinco) itens, conforme tabela constante abaixo.

Lotes	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade e	Valor unitário máximo	Valor total máximo
-------	---------------------	---------------------------	--------------	-----------------------	--------------------

Lote 1	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO PA - FRASCO DE 100 ML	FRASCO	2	R\$ 59,92	R\$ 119,84
Lote 2	FITA INDICADORA DE PH - CAIXA COM 100 FITAS	CAIXA	30	R\$ 52,20	R\$ 1.566,00
Lote 3	LÍQUIDO DE TURK - FRASCO COM 100 ML	FRASCO	10	R\$ 40,94	R\$409,40
Lote 4	Lecitina Anti A1 - APRESENTAÇÃO EM FRASCOS DE 50 ml OU 5 ml	100 ML	ML	R\$ 10,10	R\$ 1.010,00
Lote 5	Lecitina Anti H - APRESENTAÇÃO EM FRASCOS DE 50 ml OU 5 ml	100 ML	ML	R\$ 15,75	R\$ 1.575,00
				Soma dos valores unitários dos itens (CRITÉRIO MENOR PREÇO)	R\$ 4.680,24

1.2.1 Havendo mais de item ou lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante *Sistema de Dispensa Eletrônica integrante* do Sistema de Compras do Governo Federal – Sistema Compras.gov.br, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



2.1.1 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.3.1 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3.1.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.3.3 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3.3.1. aplica-se o disposto 2.2.3.3 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.3.4 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3.5 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.2.3.6 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.4 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou no fornecimento dos bens;

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.6.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.10 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.10.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.10.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

3.10.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.11. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

3.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

3.12. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Aviso de Dispensa Eletrônica por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do procedimento de dispensa, em campo específico no sítio eletrônico www.gov.br/compras pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura da dispensa eletrônica.

4. FASE DE LANCES

4.1 A partir das **08h** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do

valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do lote**

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (hum centavo)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **06 (seis) meses**, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. conter vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR;

6.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

6.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.2.4. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

6.3. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.2.2, 6.2.3, e 6.2.4, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



6.4.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.5. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR, nos documentos por ele abrangidos.

6.6.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.6.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.12. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.16. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.4. Não se aplicará prazo de vigência de contrato uma vez que este instrumento contratual será substituído por anexo à nota de empenho, por se tratar de aquisição com entrega imediata.

7.4.1. O prazo de vigência da contratação e a sua eventual possibilidade de contratação estão previstas nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência do contrato.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, bem como da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

8.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, afasta a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade –

PAAR.

8.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.7. O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 10.086, de 2022, e subsidiariamente na Lei nº 20.656, de 2021.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no [Compras.gov](https://compras.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1 No caso do subitem 9.2.2, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Documentação exigida para Habilitação;

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato (ou anexo à Nota de Empenho);

ANEXO IV – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.

ANEXO V – Declaração de Requisitos;

ANEXO VI - Planilha de Custos e Formação de Preços;

Curitiba, 28 de Fevereiro de 2024

(Assinado Eletronicamente)

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto

(Beto Preto)

Secretário de Estado da Saúde do Paraná

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

COMPRA DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO – Aquisição de Bens

(Lei 14.133/2021, Art. 75, II – DL BAIXO VALOR)

1 OBJETO

Aquisição de reagentes para laboratório de controle de qualidade de hemocomponentes e imunohematologia de pacientes para atender a demanda do HEMEPAR, conforme especificações da planilha abaixo:

Lotes	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Lote 1	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO PA - FRASCO DE 100 ML	FRASCO	2	R\$ 59,92	R\$ 119,84
Lote 2	FITA INDICADORA DE PH - CAIXA COM 100 FITAS	CAIXA	30	R\$ 52,20	R\$ 1.566,00
Lote 3	LÍQUIDO DE TURK - FRASCO COM 100 ML	FRASCO	10	R\$ 40,94	R\$409,40
Lote 4	Lecitina Anti A1 - APRESENTAÇÃO EM FRASCOS DE 50 ml OU 5 ml	100 ML	ML	R\$ 10,10	R\$ 1.010,00

Lote 5 Lecitina Anti H - APRESENTAÇÃO 100 ML EM FRASCOS DE 50 ml OU 5 ml	ML R\$ 15,75	R\$ 1.575,00
	Soma dos valores unitários dos itens (CRITÉRIO MENOR PREÇO)	R\$ 4.680,24

O valor total do processo é de R\$ 4.680,24 (Quatro mil, seiscentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos).

1.1.1 Parcelamento do Objeto

1.1.1.1 O objeto da presente contratação é dividido em 5 lotes contendo 1 ITEM CADA;

1.1.1.2 A justificativa para o parcelamento ou não do objeto consta no Estudo Técnico Preliminar (art. 18, §1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021) apenso a este Termo de Referência;

1. O objeto deverá ser dividido em 5 lotes diante dos menores preços apresentados no Mapa de Preço, garantido a economicidade da aquisição.

2. ADOÇÃO DE MODELAGEM DE CONTRATAÇÃO POR LOTE MENOR PREÇO POR ITEM.

A contratação deve propiciar à Administração Pública a contratação mais vantajosa, de forma que o art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Federal 14.133/2021, determina a divisão do objeto em tantas parcelas quanto técnica e economicamente viável, o que amplia a competição, conquanto, de toda sorte, que essa escolha possa resultar maior economicidade (no mesmo sentido, vide orientação do Tribunal de Contas da União, Súmula 247)

Optou-se menor preço unitário apresentado nas cotações, visando a economicidade ao Estado.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

	ESPECIFICAÇÕES	DEFINIÇÕES
LOTE 1	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO PA líquido límpido, porcentagem de água inferior a 1%, solúvel em água.	Álcool isopropílico com alto grau de pureza para utilização laboratorial.
	Código GMS ¹	6607.17571
	Código Catálogo Compras.gov	348275
	Tamanho	1000 ml
	Cor (se couber)	Incolor
	Unidade de Medida	UNITÁRIO
	Finalidade/uso	Limpeza das câmaras utilizadas nas contagens de células dos hemocomponentes
	Modelo	Não se aplica
	Tipo de material	Solúvel em água
	Componentes adicionais	Não se aplica
ITEM 1	Registros necessários (se couber, Ex. INMETRO)	REGISTRO ANVISA
	Exigências complementares	Apresentação do produto: frascos de 1000 ml lacrados, identificados com nome do produto, lote, validade e quantidade. Deverão ser entregues no Almoarifado/HEMEPAR no endereço: Travessa João Prosdócimo, 145 CEP 80.045-145 Alto da XV Curitiba - PR A Nota Fiscal será certificada e liberada para pagamento somente após a realização do controle de qualidade do produto entregue no HEMEPAR; Somente serão aceitos os produtos que apresentarem prazo de validade conforme item abaixo:

		Validade mínima dos produtos deverá ser de 18 meses a partir da data de entrega do produto; Lote 1 Item:1 entrega única
	Marcas sugeridas (para comparação)	Merck, Dinâmica, Synth, Neon
	Ramo de atividade das empresas fornecedoras	Produtos químicos, produtos laboratoriais
	Imagem ilustrativa	
	Sugestões/contatos de fornecedores do ramo (se houver)	Induslab: vendas7@induslab.com.br Navelab: vendas@navelab.com.br Pró-analise : vendas16@pro-analise.com.br
	Preço médio de mercado (estimado, se souber)	R\$ 52,58

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE



	ESPECIFICAÇÕES	DEFINIÇÕES
LOTE 1	FITA INDICADORA DE PH	
ITEM 2	em tiras, com escala que permita verificação do pH entre 6,4 e 8 e graduação com resolução de 0,5 pH. Com 100 (cem) tiras por caixa.	Indicador de pH em tiras
	Código GMS ²	6601.53147
	Código Catálogo Compras.gov	455968
	Tamanho	Não se aplica
	Cor (se couber)	Branca a ser modificada conforme o valor do pH
	Unidade de Medida	UNITÁRIO
	Finalidade/uso	Determinação do pH em Concentrado de Plaquetas, Concentrado de Plaquetas Filtrados e Plaquetaférese.
	Modelo	Não se aplica
	Tipo de material	Plástico hidrofóbico
	Componentes adicionais	Não se aplica
	Registros necessários (se couber, Ex. INMETRO)	REGISTROS ANVISA
	Exigências complementares	Apresentação do produto: embalagem lacrada, contendo 100 fitas, identificada com nome do produto, lote, validade, quantidade e escala para leitura do pH. Deverão ser entregues no Almoxarifado/HEMEPAR no endereço: Travessa João Prosdócimo, 145 CEP 80.045-145 Alto da XV Curitiba - PR A Nota Fiscal será certificada e liberada para pagamento somente após a realização do controle de qualidade do produto entregue no HEMEPAR;

		Somente serão aceitos os produtos que apresentarem prazo de validade conforme item abaixo: Validade mínima dos produtos deverá ser de 18 meses a partir da data de entrega do produto; Lote 2 Item:1 entrega única
	Marcas sugeridas (para comparação)	Macherey-Nagel, Merck
	Ramo de atividade das empresas fornecedoras	Produtos laboratoriais
	Imagem ilustrativa	
	Sugestões/contatos de fornecedores do ramo (se houver)	Induslab: vendas7@induslab.com.br

		Navelab: vendas@navelab.com.br Merse: vendas@merse.com.br Pró-analise : vendas16@pro-analise.com.br
	Preço médio de mercado (estimado, se souber)	R\$ 70,76
	ESPECIFICAÇÕES	DEFINIÇÕES
LOTE 2 ITEM 1	LÍQUIDO DE TURK Solução de ácido acético e cristal violeta, pronta para uso, utilizada na contagem de leucócitos.	Líquido de Turk solução de ácido acético e cristal violeta
	Código GMS ³	6607.69374
	Código Catálogo Compras.Gov	321905
	Tamanho	100 ml
	Cor (se couber)	Frasco âmbar, líquido violeta ou azul escuro.
	Unidade de Medida	UNITÁRIO
	Finalidade/uso	Solução corante para diluição das amostras de hemocomponentes para contagem de leucócitos em amostras de hemocomponentes produzidos.
	Modelo	Não se aplica
	Tipo de material	Não se aplica.
	Componentes adicionais	Não se aplica
	Registros necessários (se couber, Ex. INMETRO)	REGISTROS ANVISA
	Exigências complementares	Apresentação do produto: frasco de 100 ml, âmbar, com nome do produto, lote, validade e quantidade. Deverão ser entregues no Almoxarifado/HEMEPAR no endereço: Travessa João Prosdócimo, 145 CEP 80.045-145 Alto da XV Curitiba - PR

	A Nota Fiscal será certificada e liberada para pagamento somente após a realização do controle de qualidade do produto entregue no HEMEPAR; Somente serão aceitos os produtos que apresentarem prazo de validade conforme item abaixo: Validade mínima dos produtos deverá ser de 18 meses a partir da data de entrega do produto; Lote 3 Item:1 entrega única
Marcas sugeridas (para comparação)	Merck, Sigma Aldrich
Ramo de atividade das empresas fornecedoras	Produtos laboratoriais
Imagem ilustrativa	
Sugestões/contatos de fornecedores do ramo (se houver)	Induslab: vendas7@induslab.com.br Navelab: vendas@navelab.com.br

		Merse: vendas@merse.com.br Pró-analise : vendas16@pro-analise.com.br
	Preço médio de mercado (estimado, se souber)	R\$ 40,94
	ESPECIFICAÇÕES	DEFINIÇÕES
LOTE 3 ITEM 1	Deve ser originária de “Dolichos biflorus” e apresentar reatividade de pelo menos 1+ após diluição 1:4. Deve apresentar reatividade específica, para hemácias A ₁ . Não deve reagir com hemácias A ₂ ou outras variantes	Lecitina Anti A1
	Código GMS ⁴	6607-70308
	Código Catálogo Compras.Gov	382198
	Tamanho	2ml ou 5 ml
	Cor (se couber)	Não se aplica
	Unidade de Medida	Unitário
	Finalidade/uso	REAGENTES UTILIZADOS PARA RESOLUÇÃO DE TIPAGENS DISCREPANTES EM AMOSTRAS DE PACIENTES INTERNADOS NOS HOSPITAIS ATENDIDOS PELA HEMORREDE
	Modelo	Não se aplica
	Tipo de material	Não se aplica.
	Componentes adicionais	Não se aplica
	Registros necessários (se couber, Ex. INMETRO)	REGISTROS ANVISA
	Exigências complementares	Apresentação do produto: frascos de 2mL ou frascos de 5 mL, com nome do produto, lote, validade e quantidade. Deverão ser entregues no Almojarifado/HEMEPAR no endereço:Travessa João Prosdócimo, 145 CEP 80.045-145 Alto da XV Curitiba - PR

		A Nota Fiscal será certificada e liberada para pagamento somente após a realização do controle de qualidade do produto entregue no HEMEPAR; Somente serão aceitos os produtos que apresentarem prazo de validade conforme item abaixo: Validade mínima dos produtos deverá ser de 18 meses a partir da data de entrega do produto; Lote 4 Item1 entrega única
	Marcas sugeridas (para comparação)	KOVALENT ,FRESENIUS
	Ramo de atividade das empresas fornecedoras	Produtos laboratoriais
	Imagem ilustrativa	
	Sugestões/contatos de fornecedores do ramo (se houver)	Kovalent: comercial@biosys.com.br FRESENIUS:marcel.inada@fresenius-kabi.com VENDATEC:vendatec@vendatec.com.br
	Preço médio de mercado (estimado, se souber)	R\$ 10,10
	ESPECIFICAÇÕES	DEFINIÇÕES
	Deve ser originária de “Dolichos biflorus” e apresentar reatividade de pelo menos 1+ após diluição 1:4. Deve apresentar reatividade específica, para hemácias A ₁ . Não deve reagir com hemácias A ₂ ou outras	Lecitina Anti H

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE



	variantes.	
	Código GMS ⁵	6607-70309
	Código Catálogo Compras.Gov	382199
LOTE 3	Tamanho	2ml ou 5 ml
	Cor (se couber)	Não se aplica
ITEM 2	Unidade de Medida	Unitário
	Finalidade/uso	REAGENTES UTILIZADOS PARA RESOLUÇÃO DE TIPAGENS DISCREPANTES EM AMOSTRAS DE PACIENTES INTERNADOS NOS HOSPITAIS ATENDIDOS PELA HEMORREDE
	Modelo	Não se aplica
	Tipo de material	Não se aplica.
	Componentes adicionais	Não se aplica
	Registros necessários (se couber, Ex. INMETRO)	REGISTROS ANVISA
	Exigências complementares	Apresentação do produto: frascos de 2mL ou frascos de 5 mL, com nome do produto, lote, validade e quantidade. Deverão ser entregues no Almoxarifado/HEMEPAR no endereço:Travessa João Prosdócimo, 145 CEP 80.045-145 Alto da XV Curitiba - PR A Nota Fiscal será certificada e liberada para pagamento somente após a realização do controle de qualidade do produto entregue no HEMEPAR; Somente serão aceitos os produtos que apresentarem prazo de validade conforme item abaixo: Validade mínima dos produtos deverá ser

		de 18 meses a partir da data de entrega do produto; Lote 5 Iote:1 entrega única
	Marcas sugeridas (para comparação)	KOVALENT FRESENIUS
	Ramo de atividade das empresas fornecedoras	Produtos laboratoriais
	Imagem ilustrativa	
	Sugestões/contatos de fornecedores do ramo (se houver)	Kovalent: comercial@biosys.com.br FRESENIUS:marcel.inada@fresenius-kabi.com VENDATEC:vendatec@vendatec.com.br
	Preço médio de mercado (estimado, se souber)	R\$ 15,75

Atestamos que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade. Atesto ainda que o descritivo elaborado não possui direcionamento para marcas específicas.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

O Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado, pelo órgão responsável no Estado do Paraná - Secretaria de Administração e Previdência - SEAP. Deste modo, informamos que as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do objeto são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 Forma de Entrega: PARCELA ÚNICA

1.4.2 Prazo de entrega: em até 05 dias após o envio da ordem de compra

1.4.3 Local de Entrega:

Local: Hemepar

Logradouro: Travessa João Prosdócimo 145

Bairro: Alto da XV

Cidade/Estado: Curitiba -PR

CEP: 80045-145

Setor: DVPRO

Responsável pelo recebimento: Almoxarifado Hemepar

E-MAIL: almhemepar@sesa.pr.gov.br

Telefone para contato: (41)32814029

Horário de funcionamento: 8:00 às 12:00 h -13:00 às 16:00 h

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 A primeira empresa classificada, deverá entregar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto a ser contratado, a fim de verificar se atende às especificações do termo de referência e seus anexos, no seguinte local:

Local: CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO PARANÁ- HEMEPAR – SETOR DVPRO/CONTROLE DE QUALIDADE DE HEMOCOMPONENTES

Logradouro TRAVESSA JOÃO PROSDÓCIMO, 145

CEP 80045-145

Cidade: CURITIBA/PR

A/C do Sra. ADRIANA N. A. BUCHMMANN / LARISSA MORATO / CAROLINE PROCHASKA

Órgão/Entidade avaliador: HEMEPAR

Fone: (41) 3281-4045 E (41) 3281-4013

Horário de recebimento: 08:00 às 17:00 h

Justificativa da exigência de amostra: Trata-se de solicitação para avaliação e validação do produto conforme descritivo solicitado no processo para aquisição e possível aceitação ou não do(s) mesmo (s) dependendo do resultado obtido.

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 10 (DEZ) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os participantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o participante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo próprio do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo participante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Agente de contratação(a) exigirá que o participante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (CINCO) dias úteis contados da solicitação.

1.5.8 No caso de o participante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste termo de referência, sua proposta será desclassificada, sendo o participante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração;

1.5.9 O participante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O participante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da contratação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da apresentação da amostra.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O participante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Conforme a Portaria de consolidação nº 05 de 2017, é obrigatória a realização das análises de controle de qualidade em no mínimo 1% dos hemocomponentes produzidos e resolução de problemas imuno-hematológicos complexos para garantir eficácia e segurança transfusional.

As rotinas dos testes são realizados segundo rigorosos critérios de qualidade e de padrões técnicos estabelecidos pela legislação vigente.

A qualidade na realização das análises no controle de qualidade de hemocomponentes é imprescindível para que a amostra seja representativa dos hemocomponentes produzidos e /ou modificados, promovendo monitoramento do processo produtivo e prevenindo reações adversas ao paciente.

Lecitina Anti-A1 e Lecitina anti-H são reagentes que apresentam reatividade específica para hemácias A1, A2 e "O" e são utilizados em testes imunohematológicos quando se faz necessário confirmar discrepâncias de tipagem sanguínea ABO para classificação de subgrupos, testes para validação de hemácias reagentes e no controle de qualidade de reagentes de imunohematologia, conforme preconiza a legislação vigente (Portaria Consolidada nº 5/17 e Portaria MS nº 158 de 04 de fevereiro de 2016).

Os reagentes solicitados são importantes ferramentas na definição de tipagem sanguínea de pacientes e doadores, no controle de qualidade em imunohematologia e no controle de qualidade dos hemocomponentes produzidos, sendo utilizados rotineiramente na bateria de testes de imunohematologia e de controle de qualidade. Por todo o exposto, solicitamos providências para aquisição/contratação dos itens relacionados acima.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

O Hemocentro Coordenador é responsável pela coleta, armazenamento, processamento, transfusão e distribuição de sangue para aproximadamente 42 hospitais públicos, privados e filantrópicos que atuam em Curitiba e Região Metropolitana.

A legislação vigente preconiza o controle de qualidade em 1% dos hemocomponentes produzidos e/ou modificados, sendo as análises fundamentais para assegurar o cumprimento aos critérios estabelecidos, oferecendo uma transfusão segura e eficaz. As rotinas de testes são realizadas segundo rigorosos critérios de qualidade e de padrões técnicos estabelecidos pela legislação vigente.

Os reagentes para laboratório de controle de qualidade de hemocomponentes são necessários para realizar os testes de rotina de controle de qualidade de hemocomponentes produzidos e/ou modificados no Hemocentro Coordenador – Curitiba, Ponta Grossa, União da Vitória, Londrina, Campo Mourão, Apucarana, Maringá, Paranavaí, Umuarama, Jacarezinho, Cascavel, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Pato Branco e Guarapuava. As análises nos hemocomponentes tem o objetivo de garantir a segurança e eficácia transfusional no atendimento aos pacientes dos hospitais públicos do Estado do Paraná.

A qualidade na realização de análises é imprescindível para que a amostra seja representativa dos hemocomponentes produzidos e /ou modificados, promovendo monitoramento do processo adequado do processo produtivo e prevenindo reações adversas ao paciente.

Os reagentes para laboratório de imunohematologia de pacientes, Lecitina Anti-A1 e Lecitina anti-H, são reagentes que apresentam reatividade específica para hemácias A1, A2 e “O” e são utilizados em testes imunohematológicos quando se faz necessário confirmar discrepâncias de tipagem sangüínea ABO para classificação de subgrupos, testes para validação de hemácias reagentes e no controle de qualidade de reagentes de imunohematologia, conforme preconiza a legislação vigente (Portaria Consolidada nº 5/17 e Portaria MS nº 158 de 04 de fevereiro de 2016).

Os reagentes solicitados são importantes ferramentas na definição de tipagem sangüínea de pacientes e doadores, no controle de qualidade em imunohematologia e no controle de qualidade dos hemocomponentes produzidos, sendo utilizados rotineiramente na bateria de testes de imunohematologia e de controle de qualidade.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o previsto no art. 368 e seguintes do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022:

II - os preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores;

4.2 A justificativa quanto à utilização dos parâmetros citados consta no documento “Justificativas Obrigatórias” inseridos no caderno de instrução desse procedimento de contratação, processo 21.896.508-3.

4.3 O critério utilizado para definição do preço máximo foi o menor preço. A justificativa da escolha do método: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO **SEM** ADOÇÃO DE COTAÇÃO CONCOMITANTE COM DISPUTA ELETRÔNICA conforme autorizado no DESPACHO n.º 2846/2024 – SESA/DAD fls 37 Mov.17.

Considerando que os últimos processos eletrônicos deram desertos: Lote1 e Lote 2 e 1 DESERTOS no PE 851/2023 e Lote 3 DESERTO no PE 111/2023.

5 EMBASAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

5.1 Nos termos do Art. 75, II, da Lei 14.133 de 2021, é dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), no caso de outros serviços e compras;

6 SUSTENTABILIDADE

Art. 362. No caso de aquisição de bens a Administração deverá prever que o contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

§ 2º O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.

§ 3º O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

Lei Estadual 20132 de 20 de Janeiro de 2020, no que se refere à logística reversa:

- I. A documentação relativa à Logística Reversa – Compra Inteligente Sustentável consistirá de declaração da empresa atestando o atendimento à Política Pública Ambiental de licitação sustentável, em especial, que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.
- II. Entende-se por logística reversa o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
- III. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação final ambientalmente adequada, dos produtos, embalagens e serviços, é dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.
- IV. O dever imposto aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de implementar e operacionalizar o Sistema de Logística Reversa independe das normas estabelecidas em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o Poder Público e o setor empresarial, este deve decorrer diretamente da Lei.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Nos termos do art. 49, IV, da Lei Complementar n.º 123/2006, observa que:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47^º e 48 desta Lei Complementar quando: (...)

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O(s) objeto(s) dessa contratação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em termo de referência, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9 DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. O prazo de prestação dos serviços é de 5 (cinco) dias, contados do envio da Ordem de Serviço, em execução única, no endereço indicado no Item 1.4.3 deste Termo de Referência.

9.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos ou refeitos ou substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de executar o serviço nos endereços relacionados no Item 1.3.3 deste Termo de Referência, conforme as condições e as necessidades do Contratante.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato; e

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para participantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, CNPJ 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, constando número da contratação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Termo de Referência:

A) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do participante no pregão, se for o caso.

B) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas

Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para participantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto;

14.1.2 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação pública ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.1.3 hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens cujo pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

Para a presente contratação não será exigida garantia estendida do produto, sendo mantida apenas a exigência da garantia legal/usual de mercado.

17 VIGÊNCIA:

17.1 O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a) emissão da nota de empenho.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA/IBGE.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: DGS HEMEPAR- CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARANÁ

Fonte de Recursos: 500

Programa de Trabalho: 8059

Elemento de Despesa: 3390-3011

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O participante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 11 de Julho de 2024.

(Assinado eletronicamente)

Eliane Lemler Semicek
Promotor Execução Saúde
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

(Assinado eletronicamente)

Daniele Alves Vieira
Farmacêutica
DVPRO
HEMEPAR

(Assinado eletronicamente)

Anália Maria Breckenfeld Machado
Farmacêutica
Chefe DVPRO
HEMEPAR

(Assinado eletronicamente)

Michele Zabrocki Ferreira
Chefe DVADM
HEMEPAR

(Assinado eletronicamente)

Vivian Patricia Raksa
Diretora
HEMEPA

ANEXO II - A

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O fornecedor convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Aviso de Dispensa Eletrônica:

1.1 Todos os fornecedores deverão estar registrados no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de fornecedores.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.2.1. Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.

1.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual.

1.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

1.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

1.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do fornecedor no procedimento de dispensa eletrônica, se for o caso.

1.2.6. Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012, em se tratando de agricultor familiar.

1.2.7. Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165), em se tratando de produtor rural.

1.2.8. Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, em se tratando de agricultor familiar.

1.2.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conforme o caso;

1.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.3.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

1.3.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para fornecedores sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal;

1.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

1.3.6. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos federais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

1.4 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.5 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do fornecedor ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.5.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.4.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo fornecedor, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.6 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo de dispensa eletrônica convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



1.7 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.8 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.9 Todos os documentos apresentados deverão identificar o fornecedor, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o fornecedor for a matriz, ou da filial, quando o fornecedor for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº **XXXXXXXX**

VALOR TOTAL R\$ 4.680,24 (QUATRO MIL, SEISCENTOS OITENTA E VINTE E QUATRO CENTAVOS)

1 DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: Integra este instrumento o Termo de Referência da **Dispensa de Licitação** n.º **XXXXXXXX**, bem como os seus Anexos e o Descritivo da Proposta de Preços constantes do Protocolado n.º 21.896.508-3, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO:

2.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para participantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

2.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

2.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

2.3 O prazo estabelecido no item 2.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

2.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

2.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

3 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR: o contratado deverá:

3.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

3.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

3.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

3.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega,

3.5 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

3.6 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

3.7 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.8 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando houver:

3.8.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

3.8.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

3.8.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

4 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O participante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

4.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

4.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

4.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o participante ou contratado.

4.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

4.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

4.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

4.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

4.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente contratação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

4.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

4.10 As multas previstas neste Termo de Referência poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

5 DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

5.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

5.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

5.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

5.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

5.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

5.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

6 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Este instrumento é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos.

7 DO FORO: As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

(timbre ou identificação do participante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no termo de referência da contratação e que possui as condições de habilitação previstas no Termo, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de contratação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5. DECLARAÇÃO LGPD.

1. Como condição para participar desta contratação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



ANEXO VI - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.

Nota: 1) Selecionar o tipo de cotação na lista suprema lateral de cada célula da linha 9 (2) As colunas e linhas utilizadas podem ser "ocultadas" (selecionar as linhas/colunas, clicar com o botão direito do mouse, selecionar "ocultar")																													
ITEM	CND	UNID	CÓD. MS	CÓD. DE CATEG. (MS)	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS (Descrição)	PESQUISA DE MERCADO E COMPARAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO																ANÁLISE DA CESTA DE PREÇOS					PREÇO MÁXIMO DEFINIDO		
						Cotação Eletrônica		Cotação com fornecedor		Cotação com fornecedor		Cotação com fornecedor		Cotação com fornecedor		Cotação com fornecedor		Cotação com fornecedor		Cotação com fornecedor		CETIP - PAD	ICM COST. VAR. (%)	MÉDIA	MÉDIA A	MENOR VALOR	MÉDIA SANEADA	(x) Menor Valor	() Média Saneada
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria								
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço								
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail	Telefone	E-mail
						Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria	Processador	Assessoria
						CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço	CPF	Endereço
						Telefone																							